

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO  
PÚBLICA**

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM  
RELAÇÃO AO GASTO ALUNO NO COLÉGIO  
POLITÉCNICO DA UFSM - BIÊNIO 2009/2010**

**ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Paulo Melchades Mello Soares**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2012**

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM  
RELAÇÃO AO GASTO ALUNO DO COLÉGIO POLITÉCNICO  
DA UFSM NO BIÊNIO 2009/2010**

**Paulo Melchiades Mello Soares**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Administração e Gestão Pública, do Programa de Pós-Graduação em Administração, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Administração e Gestão Pública**

**Orientador: Prof. Ms. Fernando do Nascimento Lock**

Santa Maria, RS, Brasil  
2012

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Administração  
Especialização em Administração e Gestão Pública**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o Artigo de Especialização

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM RELAÇÃO AO  
GASTO ALUNO DO COLÉGIO POLITÉCNICO DA UFSM  
NO BIÊNIO 2009/2010**

elaborado por  
**Paulo Melchiades Mello Soares**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Administração e Gestão Pública**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Fernando do Nascimento Lock, Msc (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

---

Santa Maria, fevereiro de 2012.

# **ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM RELAÇÃO AO GASTO ALUNO DO COLÉGIO POLITÉCNICO DA UFSM NO BIÊNIO 2009/2010**

## **RESUMO**

No presente estudo buscou-se analisar a execução orçamentária do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria no biênio 2009-2010, com a pretensão de comparar o custo e o gasto-aluno do referido Colégio com o que preconizam os estudos do Ministério da Educação com relação a esse tema. Assim, buscou-se demonstrar, por meio de tabelas e gráficos o comportamento das despesas executadas no período estudado, procurando-se identificar as mais significativas para a compreensão do tema proposto. Além disso, apresenta-se as despesas mais expressivas em custeio administrativo e insumos utilizados na manutenção e ampliação do ensino, pesquisa e extensão, concluindo que, em ambos os períodos houve um maior investimento na infra-estrutura e projetos adicionais em 2010. Concluiu-se, pelas análises feitas, que o gasto-aluno do Colégio Politécnico está abaixo das médias divulgadas pela UFSM e pelo MEC, entretanto, para se obter o custo aluno real é necessário uma avaliação mais detalhada das despesas o que poderá ser feito por meio de um estudo mais aprofundado. Como fechamento, apresenta-se uma proposição de detalhamento para apropriação das despesas por parte dos gestores do Colégio, esperando que essa proposta possa contribuir para a melhoria da gestão e também para o desenvolvimento de futuros trabalhos.

**Palavras-chave:** Execução Orçamentária. Custo-aluno. Gasto-aluno.

## **ABSTRACT**

In the present study sought to examine the budgetary execution of the Polytechnic School, Federal University of Santa Maria in the biennium 2009-2010, with the intention of comparing the cost and expense of the said college student with studies that suggest the Ministry of Education with regarding this matter. Thus, we sought to demonstrate, by means of tables and graphics the expenditure behavior performed during the study period, trying to identify the most significant for understanding the theme. In addition, it presents the most significant costs in administrative expenses and supplies used in maintenance and expansion of education, research and extension, concluding that in both periods there was a greater investment in infrastructure and additional projects in 2010. It was concluded by the analyzes, the worn-Polytechnic College student is below the averages reported by UFSM and MEC, however, to obtain the real cost per student is required a more detailed assessment of costs which may be done by through further study. How close, we present a detailed proposal for appropriation of expenditure by the managers of the College, hoping that this proposal will contribute to improving the management and also for the development of future work.

**Keywords:** Budget Execution. Cost-student. student spending.

## INTRODUÇÃO

O Colégio Politécnico é uma unidade de ensino da Universidade Federal de Santa Maria, o qual atua em diversas áreas, níveis e modalidade de ensino. Portanto, é uma unidade complexa, não só sob aspectos referentes a ensino como gestão administrativa de recursos materiais e financeiros. Isso se dá em razão da existência dos variados setores, ambientes de aprendizagem, equipamentos e infraestrutura, incluindo entre os laboratórios, denominados vivos, em função dos cursos voltados ao setor primário da economia.

Nesse contexto, são inúmeros os itens de despesa relativos à manutenção das atividades de ensino, qualificação de servidores, atividades de manutenção, investimentos, custeio da gestão, entre outros.

O Departamento de Administração, juntamente com a Direção do Colégio Politécnico acompanha a execução orçamentária, para que esta seja executada de forma mais racional possível.

As estratégias de gestão, atualmente permitem que se percebam gastos considerados exagerados em um determinado item ou setor, porém, para que isso ocorra é necessário que esses gastos fujam aos padrões tidos como normais. Um exemplo disso foi a constatação da equipe gestora do Colégio Politécnico de que o gasto com cartuchos de tinta para impressoras estava muito acima da estimativa. Diante disso, as impressoras à tinta foram substituídas por impressoras a *laser*, reduzindo significativamente os gastos com impressão. Outro exemplo se deu com o ônibus utilizado para viagens do corpo docente e discente do Colégio, onde, por meio da análise do custo de manutenção, a alternativa encontrada foi substituí-lo por outro veículo novo, com menor custo de manutenção.

Diante disso, tem-se como questão, analisar os gastos do Colégio Politécnico da UFSM, referentes ao biênio 2009/2010 com o intuito de verificar se os mesmos estão dentro de um limite considerado racional, tomando-se por base o custo e o gasto-aluno estimados pelo Ministério da Educação.

A metodologia utilizada nesse estudo teve como delineamento o estudo de caso, na medida em que o referido estudo se resume na análise da execução orçamentária e financeira do Colégio Politécnico da UFSM, por meio de uma série temporal - exercícios 2009/2010. Para tanto, utilizou-se o método de análise

quantitativa. Os dados foram obtidos junto ao Departamento de Administração do Colégio Politécnico/UFSM, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI do Governo Federal, no biênio 2009/2010.

Esse estudo está disposto em itens que abordam temas como: apresentação da UFSM e do Colégio Politécnico, Orçamento Público, Receita Pública, Despesa Pública, Gasto Público, Razoabilidade e proporcionalidade nos gastos públicos, Ensino, pesquisa e extensão, Custo aluno, Gasto aluno, além dos Resultados e Discussões, Considerações Finais e Referencias que embasaram esta pesquisa.

## **1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM) E O COLÉGIO POLITÉCNICO**

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada pela Lei n. 3.834 - C, de 14 de dezembro de 1960, está localizada no centro geográfico do estado do Rio Grande do Sul, distante 290 km da capital Porto Alegre, na cidade de Santa Maria, RS.

A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação. Da sua estrutura fazem parte também três escolas de ensino médio e tecnológico, São elas, Colégio Politécnico, Colégio Agrícola de Frederico Westphalen e o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria.

O contingente educacional da UFSM é de 22.109 distribuídos entre os três níveis de ensino: Graduação, Pós-Graduação e Ensino Médio e Tecnológico. Destes, 2.596 estão matriculados em cursos EAD. O corpo docente é composto de 1.679 professores (Graduação, Pós-Graduação e Ensino Médio e Tecnológico) e o quadro de pessoal técnico administrativo por 2.668 servidores (Portal da UFSM, 2012).

### **1.1 Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria**

O Colégio Politécnico da UFSM é uma Unidade de Ensino Médio, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal de Santa Maria, prevista no Estatuto Geral da UFSM, vinculada à Coordenadoria de Ensino Médio e Tecnológico da UFSM, criado

através do Decreto-Lei Federal nº 3864 - A, de 24 de janeiro de 1961, denominando, nessa época, Escola Agrotécnica de Santa Maria.

A estrutura organizacional do Colégio Politécnico da UFSM é composta pelo Colegiado, Direção, Departamentos (Ensino, de Administração, de Pesquisa e Extensão), pelas Coordenações de Curso, Secretarias e Setores, tendo por finalidade ministrar a Educação Básica, a Formação Inicial e Continuada, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação Profissional Tecnológica.

Na Educação Técnica de Nível Médio, oferece os Cursos de Técnico em Administração, Técnico em Agroindústria, Técnico em Agropecuária, Técnico em Contabilidade, Técnico em Geoprocessamento, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Paisagismo, todos na modalidade Pós-Ensino Médio.

Em 2010, foi aprovado junto à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) o projeto pedagógico de criação do Curso de Mestrado Profissional em Agricultura de Precisão.

Em 2011, o Colégio Politécnico passou a ofertar o Curso Técnico em Contabilidade e o Curso Técnico em Meio Ambiente e o Mestrado Profissional em Agricultura de Precisão.

Com o objetivo de contribuir com a UFSM no atendimento ao REUNI, o Colégio Politécnico propôs a criação de três cursos de tecnólogos: o Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas e o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet.

O Colégio Politécnico da UFSM, no período letivo, funciona em três turnos (manhã, tarde e noite). No turno da manhã, funcionam o Ensino Médio, Técnico em Agroindústria, Agropecuária, e Paisagismo, além do Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento. Pela tarde, existem turmas dos Cursos de Agropecuária, Informática, Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento e Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet. À noite, há aulas para turmas dos Cursos Técnicos em Administração, Contabilidade, Informática, Geoprocessamento, Meio Ambiente e Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

O Colégio Politécnico da USFM tem por missão promover a formação integral do cidadão e oferecer-lhe condições de conhecer, desenvolver, difundir e aplicar ciência e tecnologia. E, como visão, ser reconhecido como referência em ensino

médio e profissional, em pesquisa e extensão e na formação empreendedora. Diante disso, o Colégio Politécnico da UFSM desenvolve sua ação pedagógica alicerçada nos seguintes valores: Honestidade, Ética, Justiça, Competência, Respeito, Educação, Cidadania e Responsabilidade Social e Ambiental.

A Filosofia norteadora do Colégio é ensinar produzindo; produzir ensinando; participar valorizando.

## **2 OS DISPÊNDIOS PÚBLICOS COM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Este tópico apresenta o referencial teórico utilizado no trabalho, o qual busca esclarecer o que é o Orçamento público; o que se entende por Receita e despesa pública; como ocorre o Gasto público; o que são as atividades de ensino, pesquisa e extensão; e as metodologias de cálculo do custo-aluno e Gasto-Aluno.

### **2.1 Orçamento público**

A Administração Pública necessita de um orçamento para realizar suas ações e projetos. Devido a essa necessidade, anualmente é elaborado, conforme a Lei, o Orçamento Público.

Orçamento público, para Baleeiro (1996), é o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei.

A partir da Lei nº 4320/1964 e com o advento da Lei Complementar nº 101/2000, o orçamento ganhou mais “status” com a instituição do orçamento-programa, integrado aos sistemas de contabilidade pública. Segundo o Direito Administrativo brasileiro, “o orçamento público é um ato administrativo pelo qual o poder Legislativo autoriza o poder Executivo a executar determinada despesa pública, destinada a cobrir o custeio do Estado ou a seguir a política econômica do país”. O Orçamento Geral da União (OGU) inicia-se com um texto elaborado pelo poder Executivo e após é entregue ao Legislativo para discussão, aprovação e conversão em lei (ALLEBRANDT, 2009).



Se a receita do ano for superior à estimada (estima-se com base na arrecadação de impostos federais), o governo encaminha ao Congresso um projeto de lei solicitando autorização para incorporar e executar o excesso de arrecadação. Se as despesas superarem as receitas, o governo fica impossibilitado de executar o orçamento em sua totalidade, sendo obrigado a cortar despesas.

O Sistema de Planejamento Integrado, conhecido como Processo de Planejamento-Orçamento, baseia-se no Plano Plurianual (PPA), na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). (ALLEBRANDT, 2009).

A elaboração do orçamento ocorre no início de cada ano, antecedendo ao da efetivação das despesas, e obedece aos prazos e limites estipulados pelas Leis do Orçamento Anual e de Diretrizes Orçamentárias (LDO). (BALEEIRO, 1996).

O Plano Plurianual de investimentos (PPA) é um plano de médio prazo, instituído por lei e de forma regionalizada. Elaborado no primeiro ano de mandato do Gestor, para execução nos quatro anos seguintes, tem por objetivo estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes a programas de duração continuada (GIACOMONI, 2007).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem por finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimentos das empresas estatais. Procura sintonizar a Lei Orçamentária Anual - LOA com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos no PPA (GIACOMONI, 2007).

A Lei do Orçamento Anual visa concretizar os objetivos e metas propostos no PPA, seguindo as diretrizes da LDO. Compreende três tipos distintos de orçamento da União: Orçamento Fiscal, Orçamento de Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais (GIACOMONI, 2007).

Assim, com o desmembramento das receitas e das despesas, é possível diagnosticar onde serão empregados os recursos auferidos pelo governo, através das mais variadas formas de arrecadação.

## 2.2 Receita pública

De acordo com o Manual de Procedimentos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), receita pública são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidos pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas. Dessa forma, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como finalidade atender às despesas públicas (BRASIL, 2006).

Slomski (2001) salienta que a receita pública distingue-se em receita orçamentária e receita extra-orçamentária, sendo a receita extra-orçamentária representada no balanço patrimonial como passivo financeiro, ou seja, são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto que a receita orçamentária pertence de fato à entidade e se classifica economicamente em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Assim, a Lei n. 4.320/64 classifica a receita pública orçamentária em duas categorias: Receitas Correntes e Receitas de Capital. A primeira refere-se ao ingresso de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais, para aplicação em despesas correntes, em atividades operacionais correntes ou de capital, visando ao alcance dos objetivos constantes dos programas e ações do governo.

São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (SLOMSKI, 2001).

As Receitas de Capital são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesa de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente. O superávit do Orçamento Corrente resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas (SLOMSKI, 2001).

## 2.3 Despesa pública

Slomski (2001, p. 227) traz a definição de despesa pública como sendo “todo consumo de recursos orçamentários e extra-orçamentários”. Aponta como recursos orçamentários todos aqueles fixados pela Lei de Orçamento Anual (LOA), e extra-orçamentários, aqueles provenientes da geração de passivos financeiros, classificados como receitas extra-orçamentárias, constituindo-se em despesa extra-orçamentária quando de seu recolhimento e/ou pagamento a quem de direito.

Semelhantemente, Baleeiro (1996, p. 65) apresenta despesa pública, como sendo “o conjunto dos dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público, para o funcionamento dos serviços públicos”, podendo a mesma ser utilizada para custeio das despesas administrativas.

Na Lei n. 4.320/64, art. 12, as despesas são classificadas como correntes e de capital. A primeira subdivide-se em custeio e transferências correntes, já a segunda exprime os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital.

### 2.3.1 Despesas de custeio e de capital

A classificação das despesas é feita de acordo com sua destinação. Por isso pode variar entre custeio ou de capital.

Despesas de custeio são aquelas necessárias à manutenção das ações da administração e à prestação de serviço público, tais como: pagamento de pessoal e de serviços de terceiros, compra de material de consumo e gasto com reforma e conservação de bens móveis e imóveis (BALEIRO, 1996).

A Despesa de capital é a categoria de classificação da despesa que se desdobra em investimento, inversão financeira e transferência de capital; tem por propósito formar e/ou adquirir um bem de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva (BALEIRO, 1996).

Essa separação permite que se faça um diagnóstico mais preciso dos gastos na administração pública, o que auxilia na gestão dos recursos orçamentários.

## 2.4 Gasto público

Todos os órgãos públicos necessitam de um orçamento público para que seus gastos em administração, manutenção e investimentos nos serviços públicos, tenham amparo legal.

Segundo Nogueira (2004, p. 1),

quando se fala em gasto público se discorre sobre a utilização da receita orçamentária do Estado brasileiro e é de correnteza sabença que o Estado Fiscal sobrevive a expensas dos tributos, portanto, de receita derivada, na linguagem do Direito Financeiro. Destarte, não é nenhum absurdo retórico afirmar que o gasto público é em última análise: o gasto do tributo arrecadado.

Conforme Silva (2009), nos gastos públicos existem dois atos normativos legais de fundamental importância na formação do orçamento anual: a própria Constituição Federal, que disciplina os percentuais de gastos e cotas mínimas para setores importantes como saúde e educação, e o diploma legal, que se denomina Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar 101/2000, que trouxe parâmetros limitadores de gastos.

Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, traz o seguinte:

Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público;

III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V - fiscalização das instituições financeiras;

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional (BRASIL, 1998, art. 163°).

Com essa previsão na Constituição, o legislador brasileiro demonstrou sua intenção de propiciar uma melhor distribuição e fiscalização dos recursos públicos.

A seguir, foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000), tendo como principal objetivo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Essa lei define responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo as seguintes exigências:

- ação planejada e transparente;
- prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas;
- garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar (BRASIL, 2000, art. 1º, § 1º).

Dessa forma, para facilitar a aplicação destes requisitos, faz-se necessário o planejamento orçamentário em todos os órgãos públicos.

Entretanto, seguindo os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o administrador público evita o gasto excessivo e toda a forma de intervenção, restrição abusiva ou desnecessária. Subdividem-se estes princípios, em três partes a serem observadas:

- a) adequação: quando o ato deve ser efetivamente capaz de atingir os objetivos visados;
- b) necessidade: quando o ato administrativo, dentre os existentes, for o menos restritivos aos direitos individuais;
- c) proporcionalidade em sentido estrito: deve haver uma proporção adequada entre os meios utilizados e os fins desejados. Proíbe não só o excesso (exagerada utilização de meios em relação ao objetivo almejado), mas também insuficiência de proteção (os meios utilizados estão aquém do necessário para alcançar a finalidade do ato) (BRASIL, 1988).

Assim, os gastos públicos devem seguir um padrão determinado, não devendo ser exagerados nem ínfimos, a comprometer sua finalidade.

## **2.5 Ensino, pesquisa e extensão**

Ensino, pesquisa e extensão é o tripé que sustenta as atividades, tanto na UFSM quanto no Colégio Politécnico e, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2008-2012 do Colégio Politécnico da UFSM:

...a relevância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se tripé de sustentação da instituição, de modo que além de socializar saberes, atuando em diversas frentes: na Educação Básica, com o Ensino Médio; na Educação Profissional de nível técnico e tecnológico, bem como programas de Educação de Jovens e Adultos e a Educação a Distância. ... Realizar pesquisa significa, então, articular os saberes existentes com as necessidades dos indivíduos e da sociedade, uma vez que ciência e tecnologia são produções humanas marcadas por escolhas

políticas e culturais. A pesquisa representa, sobretudo, uma resposta às necessidades que emergem na articulação entre currículos e anseios da comunidade. Além de desenvolver o ensino e realizar pesquisas, é indispensável que a escola alcance a comunidade. É necessário agregar ao trabalho da escola a extensão, espaço privilegiado para articular os saberes que constituem os currículos com os saberes populares, além de significar efetivamente a atuação da escola de forma solidária e responsável respondendo a problemas de ordem social e tecnológica (PDI - Colégio Politécnico 2008 -2012, p.46).

Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 da UFSM, enfatiza a necessidade de buscar a assistência estudantil inclusiva e de qualidade, assim como a qualidade da administração e da gestão acadêmica dos cursos e atividades de pesquisa e extensão. Na mesma linha o Relatório de Gestão 2010 da UFSM ressalta a necessidade de “promover a expansão das atividades de pesquisa e extensão, nas unidades de ensino médio, técnico e tecnológico”.

Portanto, o ensino, a pesquisa e a extensão caminham juntas, congregando todos os esforços dos gestores das instituições de ensino, nesta direção.

## **2.6 Custo-aluno**

Considerando que o custo pode ser direto e indireto e que é uma categoria de gasto, no cálculo do custo-aluno, devem ser utilizadas as despesas da unidade estritamente ligadas à sua produção. Este exige uma metodologia mais específica para que as variáveis sejam extraídas e seus dados compilados com o máximo de precisão, garantindo assim, um custo-aluno mais próximo do real (DUARTE; LINS, 2011).

Conforme informações da Câmara de Educação Básica/MEC, o custo médio anual por aluno no ensino profissionalizante é de R\$ 3 mil (em cursos como secretariado) a R\$ 7 mil em setores como o naval e de R\$ 8 mil nos institutos federais. A estimativa do custo de implantação pode ser obtida da multiplicação do custo/aluno pelo número de matriculados no ensino médio formação geral. O custo/aluno inclui, por exemplo, despesas com salários dos professores (DUARTE; LINS, 2011).

De acordo com Costa (2000, p. 7), “a apuração do custo por aluno se deve, a partir das unidades escolares, o local onde a “produção” se realiza. Como elementos

de custo devem ser considerados os insumos necessários para que atividade da escola se realize”.

## 2.7 Gasto-aluno

Gasto representa um dispêndio financeiro que a empresa ou instituição necessita fazer para obtenção de um bem ou serviço, realizado normalmente em moeda corrente (DUARTE; LINS, 2011).

Segundo Costa (2000, p.8) “[...] o gasto-aluno diz respeito à totalidade dos recursos despendidos pela rede de ensino rateado pelo total de alunos por ela atendido”. Dessa forma, envolve dispêndios realizados em rubricas, ou itens, que não dizem respeito ao processo de produção propriamente dito, mas que integram o “*modus operandi*” do sistema. Neste cálculo são excluídos os gastos com inativos e pensionistas, os quais não integram a atividade fim. Também não devem ser levados em conta os recursos oriundos de outras esferas governamentais ou de receitas próprias no período estudado.

Os conceitos apresentados e as considerações feitas fundamentam os seguintes conceitos de gasto por aluno e custo por aluno:

1. O gasto por aluno é apurado contabilmente, com base no total dos gastos realizados pelo sistema ou pela rede de ensino. A contabilidade pública distingue os gastos em correntes e com investimento, o que nos permite trabalhar com três conceitos de gasto por aluno: gastos correntes, gastos com investimento e total. Além disso, é possível trabalhar com o conceito de gasto por programa, o que permite a definição do gasto realizado por nível de ensino;
2. O custo por aluno também é apurado contabilmente, porém tem como referência a unidade escolar. Abrange as categorias de gasto afetas diretamente à “produção” do sistema, ou seja, alunos em sala de aula, aprendendo os conteúdos que compõem a proposta curricular. Usualmente, nos estudos de custo-aluno, trabalha-se com o conceito de custos no curto prazo como definido na teoria econômica, ou ainda, com custos correntes. (Portal do MEC, 2000, p. 5).

Portanto, como pode-se verificar na literatura consultada, o custo aluno restringe-se à unidade em estudo e engloba as atividades diretamente ligadas às atividades-fim e, necessário para sua apuração, uma análise detalhada dos gastos realizados.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esse item apresenta os dados colhidos ao longo da pesquisa bem como, a análise e discussão dos mesmos. A discussão e interpretação analítica dos resultados fundamentam-se em fatos amparados por conhecimentos científicos, em razão dos objetivos propostos, da problemática e hipóteses estabelecidas.

#### **3.1 Análise orçamentária do Colégio Politécnico**

Os recursos Orçamentários do Colégio Politécnico, objeto deste estudo, são oriundos do Orçamento Geral da União e liberados à UFSM pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC. A UFSM os repassa ao Colégio Politécnico através da Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN, pelo Sistema Integrado em Ensino - SIE.

Após a efetivação desse repasse, são feitas as solicitações de compra, geralmente por meio de licitações, através do Departamento de Material e Patrimônio – DEMAPA da UFSM, o qual procede às licitações em conjunto. Após a compra, os materiais adquiridos são entregue às Unidades conforme anteriormente solicitado.

##### **3.1.1 Situação Orçamentária do Colégio Politécnico em 2009**

Na primeira tabulação de dados (Tabela 1), pode-se observar que as receitas são praticamente quase todas gastas com despesas de Custeio e Capital, não fosse um pequeno saldo da previsão (0,56%). Nota-se que as despesas de custeio equivalem a 78,83% e as de capital 21,17% do total do orçamento. Em 2009 o orçamento do Colégio Politécnico correspondeu a 0,12613% do orçamento geral da UFSM (SIAFI 2009, 2010).



Tabela 1 - Orçamento Geral Resumido - Ano 2009.

Descrição	previsão receita	previsão despesa	despesa realizada	saldo da previsão	% previsto	% realizado
Orçamento geral	1.180.842,00				100,00	99,44
Custeio	930.842,00	930.842,00	924.214,94	6.627,06	78,83	78,27
Capital	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00	21,17	21,17

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Na Figura 1 apresenta-se o gráfico com os valores referentes à Tabela 1, onde evidencia o montante orçamentário, tanto de custeio quanto de capital.

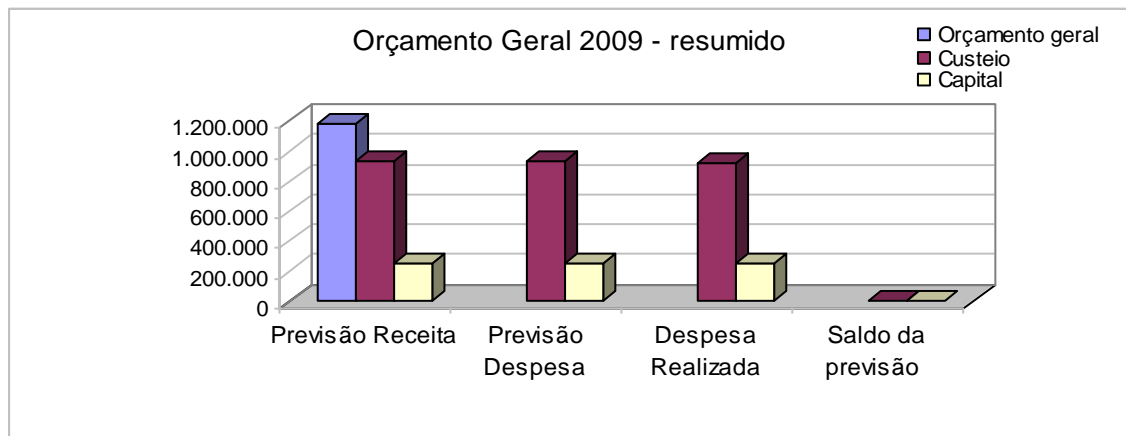


Figura 1 - Orçamento geral 2009.

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Aqui é possível visualizar um pequeno saldo nas verbas de custeio no final do exercício, tendo sido os demais valores realizados.

Pode-se observar na Tabela 2 que, dentro das despesas de custeio, há uma subdivisão de acordo com os setores ali agrupados.

Nas despesas com produção animal estão alocados os recursos destinados aos setores de zootecnia - produção e manutenção da bovinocultura, ovinocultura, cunicultura (coelhos e chinchilas), avicultura e agroindústria com o beneficiamento dos produtos produzidos e adquiridos.

Tabela 2 - Despesas de custeio 2009.

Descrição por Grupo	Previsão Receita	Previsão Despesa	Despesa realizada	% do total previsto	% do total realizado	saldo da previsão
Desp. Administrativas	474.230,17	474.230,17	467.603,11	42,78	39,60	6.627,06
Desp. Prod. Animal	90.402,95	90.402,95	90.402,95	8,16	7,66	
Desp.Prod. Vegetal	78.795,48	78.795,48	78.795,48	7,11	6,67	
Outras Despesas	280.786,34	280.786,34	280.786,34	25,33	23,78	
TOTAIS	930.842,00	930.842,00	924.214,94	83,38	77,71	0,56

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Nas despesas de produção vegetal são distribuídos os recursos destinados aos setores voltados à agricultura (floricultura e paisagismo, culturas anuais em lavoura, estufas, fruticultura).

Em outras despesas, agrupam-se os mais variados materiais necessários para o funcionamento da educação média, técnica e tecnológica.

Na Figura 2 se observa que as despesas de custeio englobam um pouco mais de  $\frac{3}{4}$ (três quartos) do total do orçamento do colégio, alcançando 78,27% realizado sobre o orçamento total.

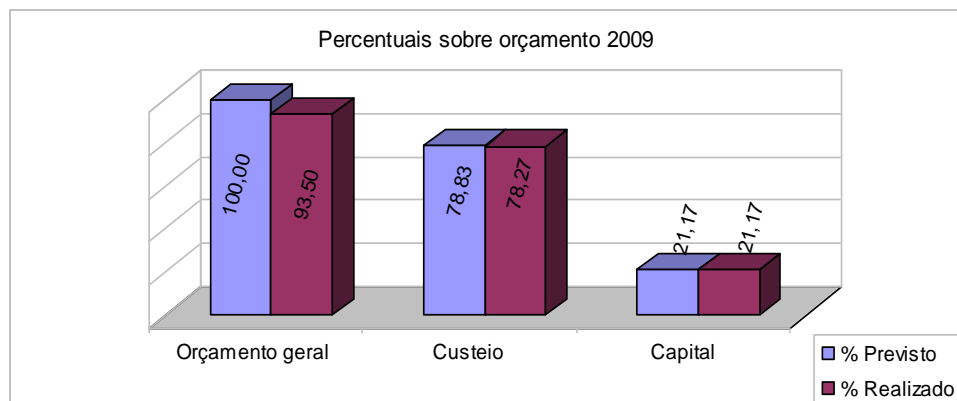


Figura 2 - Percentuais sobre orçamento 2009.

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

A Figura 3 demonstra os percentuais das despesas de custeio previsto e executado, sobre o orçamento geral. Verifica-se que em todas há uma pequena diferença, a menor, entre o orçado (previsto) e o executado (realizado).

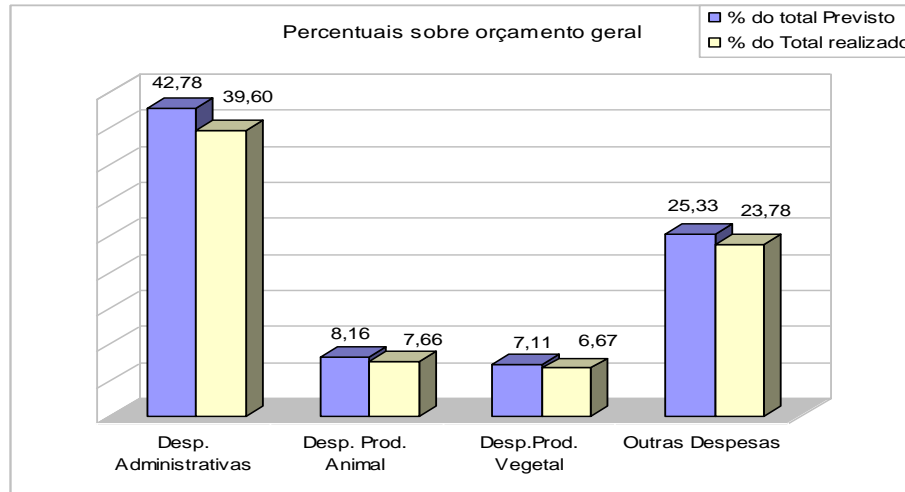


Figura 3 - Percentuais sobre orçamento geral 2009.

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Na Tabela 3 as despesas administrativas são desmembradas no próprio orçamento geral. Aqui, para melhor exposição na Figura 4, foram relacionadas as letras do alfabeto.

As despesas que mais se destacam são as Bolsas de estudo (B) e outras despesas (T), consumindo 12,84 e 30,38% respectivamente das despesas de custeio executada.

Faz jus a uma observação também as despesas de produção animal (Tabela 5), que aqui foram desmembradas em insumos para produção animal (Q) e insumos para agroindústria de carnes (R).

Nas despesas de capital - projetos e aditivos (V) refere-se à manutenção e construção na infra-estrutura do colégio e aquisição de material permanente.

Tabela 3 - Orçamento de custeio - Colégio Politécnico da UFSM -2009

Despesas de custeio - administrativas		Valor previsto			
Serviços de postagem	A	7.000,00			
Bolsas de estudo	B	118.650,00			
Diárias pessoal civil	C	70.000,00			
Passagens e pedágios	D	13.495,85			
Exposições, Congressos e Conferências	E	5.411,00			
Serviços de cópias e reprodução	F	13.090,00			
Serviços terceirizados conferências.e contribuições. Previdência	G	2.760,00			
Serviços Transporte terceirizados	H	9.638,32			
Transferências p/ Almoxarifado central	I	50.000,00			
Transferências Pagamento combustível	J	50.000,00			
Transferência p/ Imprensa universitária	K	26.500,00			
Manutenção de veículos	L	66.513,81			
Manutenção equipamentos de informática	M	485,00			
Serviços terceirizados - publicações	N	10.201,00			
Cartão corporativo	O	26.970,61			
Encargos gerais - telefones	P	3.514,58			
Despesas de custeio - produção					
Insumos p/ produção animal	Q	39.255,00			
Insumos p/ agroindústria de carnes	R	51.147,95			
Insumos p/ produção vegetal	S	78.795,48			
Outras despesas de custeio	T	280.786,34			
Subtotal - custeio		924.214,94			
Saldo orçamento custeio		6.627,06			
Total orçamento custeio		930.842,00			
Despesas de capital					
Equipamentos em geral	U	140.753,11			
Projetos e aditivos	V	109.246,89			
Subtotal - capital		250.000,00			
Total geral		1.180.842,00			
Despesas de capital discriminadas por grupo					
Descrição	Prev. Receita	Prev. Despesa	Realizada	% sobre Orç. Total	% sobre Desp.Capital
Equipamentos em geral	140.753,11	140.753,11	140.753,11	11,92	56,30
Projetos e aditivos	109.246,89	109.246,89	109.246,89	9,25	43,70
Total	250.000,00				

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Na Figura 4 são demonstradas graficamente, as despesas de custeio – administrativas sobre o valor previsto, destacando-se bolsas de estudo (B), diárias e passagens (C) e manutenção de veículos (L), de acordo com a Tabela 3.



Figura 4 - Despesas de custeio - administrativas - 2009  
Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Na Figura 5 estão representadas as despesas com relação ao custeio da produção animal, vegetal, agroindústria de carnes e outras despesas (T). Esta se destaca por englobar os mais variados insumos e materiais para manutenção dos laboratórios de ensino e pesquisa do colégio.

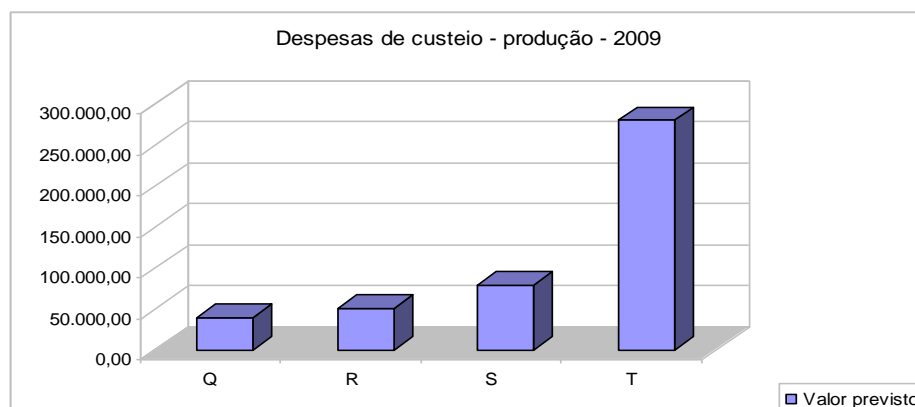


Figura 5 - Despesas de custeio 2009.  
Fonte: SIAFI (2009, 2010).

### 3.1.2 Situação Orçamentária do Colégio Politécnico em 2010

Na tabulação de dados (Tabela 4), observa-se que as despesas de custeio em 2010 equivalem a 74,28% do orçamento total do Colégio Politécnico e as de capital a 25,72%. Em 2010 o orçamento do Colégio correspondeu a 0,0933%, do orçamento geral da UFSM (SIAFI 2009, 2010; SIMEC).

Tabela 4 - Orçamento geral resumido - ano 2010

<b>Descrição</b>	<b>Previsão Receita</b>	<b>Previsão Despesa</b>	<b>Despesa realizada</b>	<b>Saldo da previsão</b>	<b>% Previsto</b>	<b>% Realizado</b>
Orçamento geral	1.166.229,36				100,00	97,21
Custeio	866.229,36	866.229,36	833.682,19	32.547,17	74,28	71,49
Capital	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	25,72	25,72

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Fazendo a comparação com orçamento do ano de 2009 (Tabela 1), as despesas de custeio tiveram uma redução em torno de 7,46%, já as de capital tiveram um acréscimo de 20%, o que se justifica devido aos investimentos na infraestrutura do Colégio. A sobra de custeio também foi maior comparando-se 2009/2010, de R\$ 6.627,06 (0,56%) para R\$ 32.547,17 (2,79%).

Na Tabela 5, demonstrada graficamente na Figura 6, se verifica um aumento nas despesas administrativas de custeio com relação ao ano de 2009, passando de 42,78% para 65,05% sobre o custeio total. As demais se mantiveram estáveis, sem oscilações significativas. Já com outras despesas de custeio ocorre o inverso; passou de 25,33% em 2009 para 12,37% em 2010, isto porque houve gastos com infra-estrutura nesta conta em 2009, que não ocorreram em 2010, reduzindo em torno de 62%.

Tabela 5 - Orçamento despesas de custeio - 2010

Descrição por grupo	Receita prevista	Despesa prevista	Despesa realizada	% do total previsto	% Realizado	Saldo % da previsão
Desp. administrat.	563.450,41	563.450,41	530.903,24	65,05	61,29	3,76
Desp. prod. animal	107.073,74	107.073,74	107.073,74	12,36	12,36	
Desp.prod. vegetal	88.595,89	88.595,89	88.595,89	10,23	10,23	
Outras despesas	107.109,32	107.109,32	107.109,32	12,37	12,37	
<b>TOTAIS</b>	<b>866.229,36</b>	<b>866.229,36</b>	<b>833.682,19</b>	<b>100,00</b>	<b>96,24</b>	<b>32.547,17</b>

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

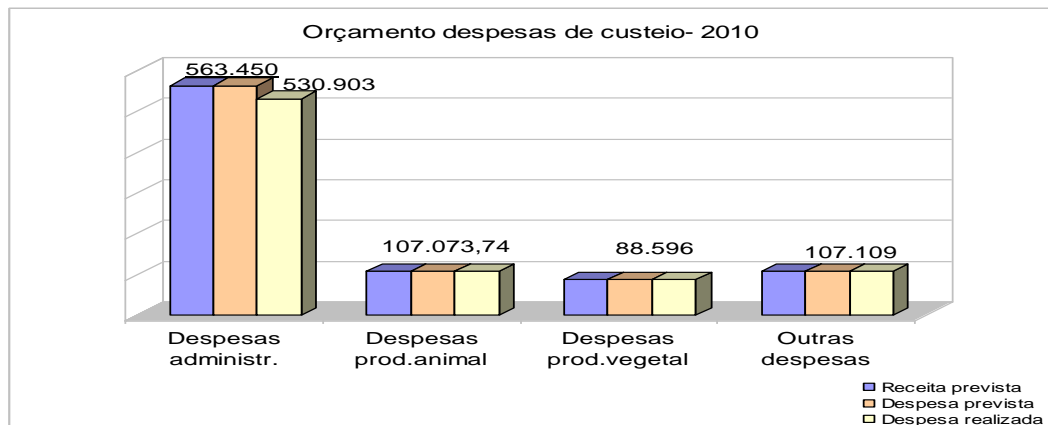


Figura 6 - Percentual sobre orçamento geral resumido - ano 2010.

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Na Figura 7 é demonstrado o gráfico com relação a Tabela 6, evidenciado um volume maior de gastos com bolsas de estudo (B), despesas com infra-estrutura – PROINFRA (H), manutenção de veículos (N) e diárias de pessoal civil.

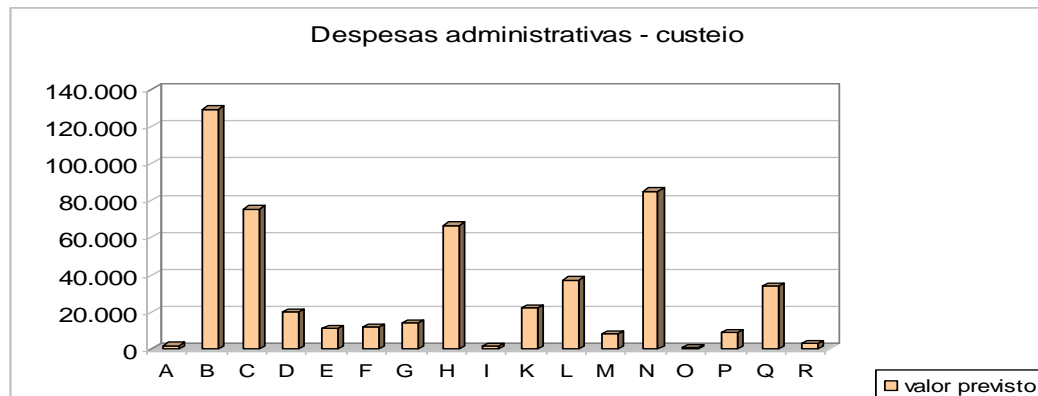


Figura 7 – Despesas administrativas – custeio – ano 2010.

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Na Tabela 6 são discriminadas as despesas administrativas de custeio, conforme sua programação. Destacam-se os pagamentos das bolsas de estudo (B), manutenção da infra-estrutura do colégio (H) e dos veículos (N) e também diárias de pessoal civil (C).

Tabela 6 - Orçamento de custeio - Colégio Politécnico da UFSM -2010

Despesas de custeio - administrativas		valor previsto				
Serviços de postagem	A		2.000,00			
Bolsas de estudo	B		129.180,00			
Diária pessoal Civil	C		75.500,00			
Passagens aéreas e terrestres	D		20.000,00			
Taxa de inscrição	E		11.037,14			
Serviços de cópias reprográficas	F		12.000,00			
Palestras (incluso IAPAS)	G		14.040,00			
PROINFRA (infra-estrutura do Politécnico)	H		66.739,15			
Curso Desenho Industrial	I		1.555,50			
Serviços terceirizados - transporte	K		21.996,35			
Transferência p/ Almojarifado Central	L		37.300,00			
Transferência p/ Imprensa Universitária	M		8.000,00			
Manut. de veículos e combustíveis	N		85.000,00			
Manut. Equip.Informática (transf. CTISM)	O		615,00			
Serv. terceirizados - publicações	P		9.000,00			
Cartão corporativo – Suprimento de Fundos	Q		33.994,98			
Encargos gerais-telefones	R		2.945,12			
Despesas de Custeio - Produção		Valor previsto				
Insumos p/ produção animal	S		27.630,65			
Insumos p/ agroindústria de carnes	T		79.443,09			
Insumos p/ produção vegetal	U		88.595,89			
Outras despesas custeio	V		69.494,57			
Prioridades de custeio	X		37.614,75			
Saldo orçamento custeio			32.547,17			
<b>Total orçamento custeio</b>			<b>866.229,36</b>			
Despesas de capital						
Descrição	Prev. Receita	Previsão Despesa	Despesa realizada	% Orç.Total	% Despesa Capital	Saldo da Previsão
Equip. em geral	218.891,24	218.891,24	218.891,24	18,77	72,96	
Projetos e aditivos	81.108,76	81.108,76	80.453,54	6,90	26,82	655,22
<b>Totais</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>299.344,78</b>	<b>25,67</b>	<b>99,78</b>	<b>0,22</b>
<b>Total geral do orçamento</b>						<b>1.166.229,36</b>

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Houve um acréscimo de 9,14% no pagamento das bolsas de estudo, de 7,86% em diárias de pessoal civil e 28,78% na manutenção de veículos.



A Figura 8 destaca as despesas com produção vegetal (U) na área de produção, seguida pela agroindústria de carnes (T). Prioridades de custeio (X) e outras despesas de custeio(V), aqui estão separadas, bem como estão no orçamento geral.

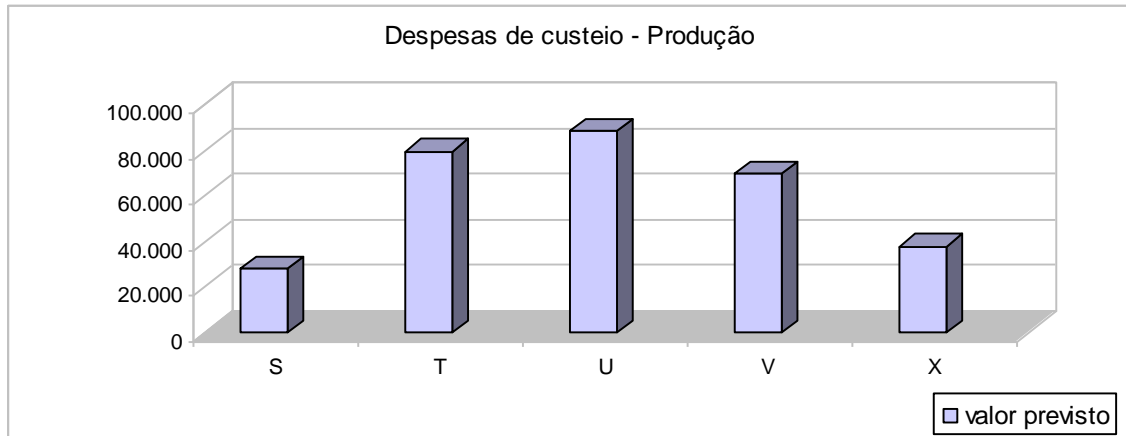


Figura 8 - Despesas de custeio com produção em 2010

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

De acordo com a Figura 9, praticamente o que foi previsto para as despesas de capital também se realizou.

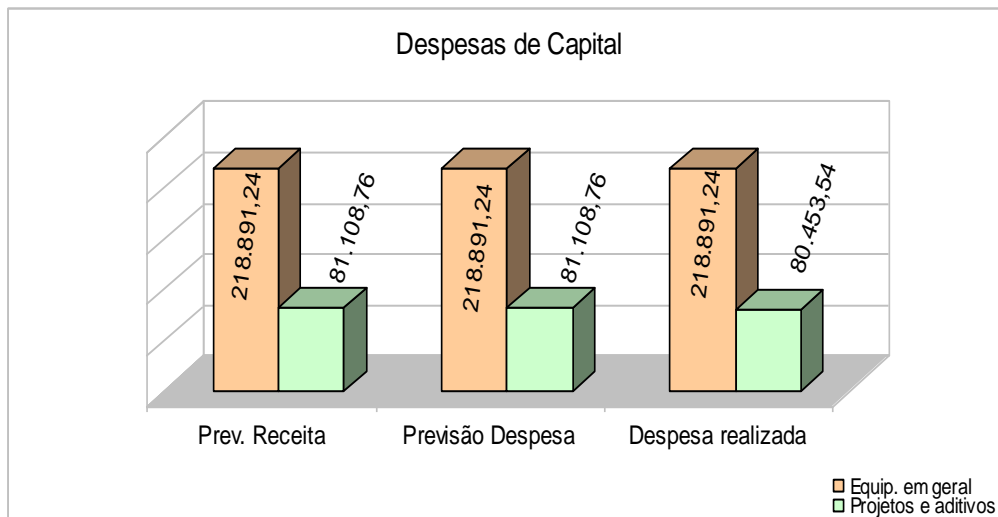


Figura 9 - Despesas de capital em 2010

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Também em 2010, foram liberados alguns projetos pela UFSM, como REUNI (Programa de Reestruturação das Universidades Brasileiras), para compra de um ônibus novo, além de verbas resultantes da avaliação institucional feita no colégio, demonstrados na Tabela 7.

Tabela 7 - Projetos liberados ao Colégio Politécnico da UFSM – 2010

<b>Projetos Liberados</b>	<b>Valores</b>
Bolsas do Proeja	20.000,00
REUNI	199.520,00
Reitoria	19.000,00
Custeio - Avaliação institucional	41.900,00
Ônibus	360.447,62
<b>Total</b>	<b>640.867,62</b>

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Os montantes dos projetos extras liberados corresponderam a 55% a mais do orçamento total e foram totalmente aplicados de acordo com sua vinculação e execução orçamentária.

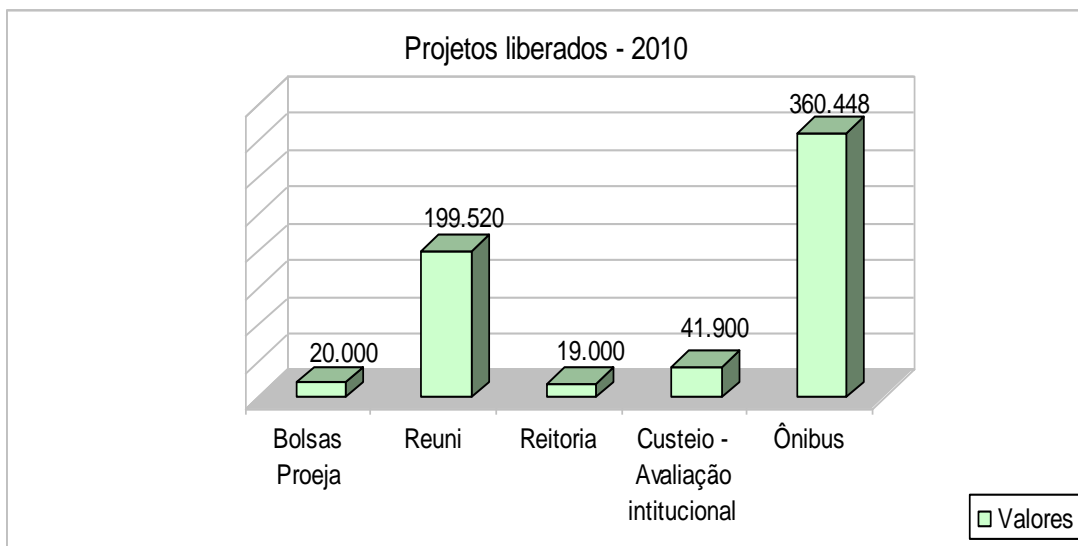


Figura 10 - Projetos liberados - 2010

Fonte: SIAFI (2009, 2010).

Nota-se que o valor gasto na compra do ônibus é o maior volume de recursos dentre os projetos liberados. Com esta aquisição as viagens de longo percurso, via asfalto, podem ser feitas com mais segurança e conforto dos alunos, ficando o ônibus antigo para as viagens mais próximas à sede da Instituição e em estradas não contempladas com pavimentação asfáltica, de acordo com o Planejamento Estratégico e administrativo do Colégio.

### 3.2 Gasto-aluno

Por atuar em diversas áreas do conhecimento, o Colégio Politécnico oferece os cursos descritos na Tabela 8 com seu respectivo número de alunos matriculados.

Tabela 8 - Quantitativo de alunos por curso no Colégio Politécnico

Curso	N°. de alunos matriculados	
	2009	2010
<b>Ensino Médio</b>	115	118
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>118</b>
<b>Ensino Técnico</b>		
Técnico em Agropecuária	179	178
Técnico em Agroindústria	89	103
Técnico em Paisagismo	77	72
Técnico em Geoprocessamento	82	77
Técnico em Informática	131	143
Técnico em Administração	153	158
Técnico em Meio Ambiente	----	----
Técnico em Contabilidade	----	----
EJA - Educação de Jovens e Adultos	25	5
<b>Total</b>	<b>736</b>	<b>736</b>
<b>Ensino Superior</b>		
Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas	40	45
Superior de Tecnologia em Geoprocessamento	40	26
Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet	----	34
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>105</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>931</b>	<b>959</b>

Fonte: SIE/UFSM (2010).

Os cursos mapeados na Tabela 8 encontram-se distribuídos por eixos tecnológicos de acordo com o Projeto Pedagógico 2011 do Colégio Politécnico.

No Eixo Tecnológico (ET) dos Recursos Naturais está o curso Técnico em Agropecuária, no ET Produção Alimentícia está o curso Técnico em Agroindústria, no ET Produção Cultural e Design o curso Técnico em Paisagismo, no ET de Gestão e Negócios os cursos Técnicos em Administração e Contabilidade, no ET Infra-estrutura o curso Técnico em Geoprocessamento, no ET Informação e Comunicação o curso Técnico em Informática e no ET Ambiente, Saúde e Segurança o curso de Técnico em Meio Ambiente.

As viagens de estudos, incluindo alunos e capacitação de professores, disponibilizadas aos diversos cursos pelo Colégio no ano de 2010 encontram-se discriminadas na Tabela 9 a seguir.

Tabela 9 - Demonstrativo de viagens de capacitação e estudo do Colégio Politécnico

Viagens e capacitação/Áreas	2009			2010		
	Numero de:			Numero de:		
	Viagens	Alunos	Professores	Viagens	Alunos	Professores
Zootécnica	48		13	80		20
Administrativa	2		2	16		6
Tecnológica	12		7	30		13
Ensino Médio	18		4	17		6
<b>Total</b>	<b>80</b>		<b>26</b>	<b>143</b>		<b>45</b>

Fonte: SIE/UFMS (2010).

A área Zootécnica abrange os cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Paisagismo; na área Administrativa o curso Técnico em Administração e Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas; na área Tecnológica os cursos de Geoprocessamento e Informática e ainda Superiores de Tecnologia em Sistemas para Internet e em Geoprocessamento. Os demais cursos não foram relacionados por terem sido implantados em 2011 e não constarem nas viagens de estudo e capacitação do período referido na Tabela 9.

De acordo com o Departamento de Educação, Produção e Extensão (DEPE) do Colégio Politécnico, proporcionou-se aos alunos e à comunidade em geral, no ano de 2010 o quantitativo de cursos enumerados na Tabela 10.

Tabela 10 - Demonstrativo dos cursos de extensão oferecidos

Área do curso	2009		2010	
	Qdade.	Participantes	Qdade.	Participantes
Zootécnica	9	525	16	709
Administrativa	5	336	3	300
Tecnológica	4	189	6	407
Total	18	1050	25	1416

Fonte: Departamento de Educação, Produção e Extensão do Colégio Politécnico da UFSM

Nota-se que houve uma oferta maior e aumento considerável na procura pelos cursos de extensão, realizados em 2009 e 2010. Verifica-se também que a área zootécnica é a que tem maior produção no campo de extensão. Vale salientar que são os cursos mais antigos do Colégio.

Como se pode observar, a média ficou em torno de 57 alunos por curso, considerando-se os dois anos, o que representa uma considerável procura da comunidade pelos cursos oferecidos, vindo a contribuir para o desenvolvimento da mesma e melhoramento da produção.

A Tabela 11 apresenta o demonstrativo dos projetos de pesquisa extensão desenvolvidos no Colégio Politécnico no período entre 2009 e 2010. Os dados apontam um aumento significativo na quantidade de projetos de pesquisa e extensão, passando de 8 em 2009 para 20 projetos em 2010. A área que mais se destaca é a zootécnica, somando 17 projetos nos dois anos.

Tabela 11 - Demonstrativo dos projetos de pesquisa e extensão

Área do curso	2009		2010	
	Nº Professores	Nº alunos	Nº Professores	Nº alunos
Zootécnica	5	5	12	12
Administrativa	0	0	1	1
Tecnológica	3	3	7	7
Total	8	8	20	20

Fonte: Departamento de Educação, Produção e Extensão do Colégio Politécnico da UFSM.

Com relação ao gasto-aluno, na Tabela 12 apresenta-se algumas comparações com os custos estimados pelo MEC e pela UFSM, considerando as seguintes despesas:

- a) Gasto total por aluno, onde são considerados os gastos totais (despesas correntes e de capital) do colégio com relação aos alunos matriculados;
- b) Gastos correntes; utilizam-se somente as despesas correntes para aferi-lo;
- c) Gastos com capital; utilizam-se somente as despesas de capital.

As despesas descritas na Tabela 12 estão separadas em três tipos, de acordo com a programação orçamentária executada, separando-se assim aquelas realizadas para manutenção, das despesas com investimentos patrimoniais e também as relativas aos projetos em execução.

Tabela 12 - Demonstrativo gasto-aluno do Colégio Politécnico - 2009/2010.

Tipo Despesa	2009 (R\$)		2010 (R\$)	
	Quantidade	Gasto-aluno	Quantidade	Gasto/aluno
Correntes	924.215,00	903,43	833.682,00	986,60
De capital	250.000,00	244,38	300.000,00	355,00
Projetos liberados			640.867,62	758,40*
Nº matriculas (un.)	1.023		845	
Gasto-aluno total		1.147,82		1.341,60
Custo corrente/ano sem HU aluno				
Equivalente na UFSM (TCU 408/2002)		11.873,96		13.768,83

Fonte: Departamento de Administração e Secretaria Escolar do Colégio Politécnico da UFSM e Prestação de conta 2010 da UFSM.

\*Caso os recursos dos projetos sejam incluídos o gasto total por aluno passa para R\$ 2.100,00.

Nota-se que os gastos médios por aluno tiveram uma elevação em 2010, devido à redução do número de matrículas e liberação dos valores referentes aos projetos pela UFSM, ficando 83% mais alto que em 2009. Se não for computado os valores dos projetos liberados (Tabela 12) o acréscimo é de 16,88%.

O custo aluno analisado situa-se no mesmo patamar dos cursos técnicos estimados pelo MEC, em torno de R\$ 6.000,00 a R\$ 7.000,00 (Figura 11). Porém, quando inferido como gasto aluno, de acordo com o orçamento analisado do Colégio Politécnico da UFSM, situa-se abaixo da média encontrada pelo MEC para cursos como o de Secretariado, o Naval, dos Cursos Técnicos dos Institutos Federais e dos cursos de graduação da própria UFSM.

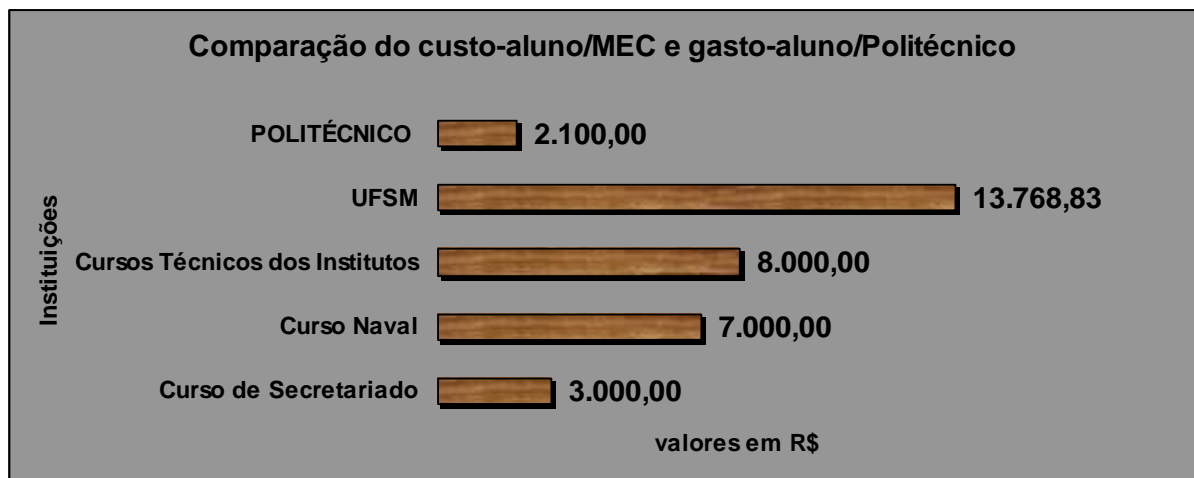


Figura 11 - Comparação do custo-aluno/MEC e gasto-aluno/Politécnico em 2010

Fonte: Departamento de Administração do Colégio Politécnico, UFSM e MEC.

No gasto-aluno do Colégio Politécnico estão incluídos os valores dos projetos liberados em 2010, caso esses valores sejam extraídos, a média cai para R\$ 1.341,60, conforme demonstrado na Tabela 12.

Nesse caso, seria necessário a determinação real do custo-aluno, para que se possa fazer uma comparação mais eficaz, com relação às demais Instituições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo traz uma análise da execução orçamentária do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria no biênio 2009-2010, na qual

apresenta-se uma comparação entre o custo aluno do referido Colégio com o que preconizam os estudos do Ministério da Educação.

Para a obtenção desse cálculo, a metodologia de Amaral (2000), considera as atividades de ensino, pesquisa e extensão, porém, desconsidera os gastos com inativos, pensionistas e precatórios. Ao ser considerado o custo e o gasto-aluno, é preciso lembrar que o Colégio está inserido no contexto da UFSM como uma Unidade. E, talvez por essa razão os valores encontrados se mostrem inferiores aos da Unidade Gestora Central, quando observados através dos cálculos e indicadores do TCU n. 408/2002, na prestação de contas/2010. Porém, quando comparados aos verificados pela Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação, os custos se aproximam mais da realidade nacional das Escolas Técnicas. De acordo com esses documentos, um aluno do Colégio Politécnico custou aproximadamente, em 2009, R\$ 5.937,00 e R\$ 6.884,00 em 2010.

Uma das possíveis justificativas para o baixo gasto por aluno do Colégio Politécnico está no fato do Colégio não ter gastos com Restaurante Universitário e Biblioteca, entre outros setores, uma vez que estes são usufruídos pelos alunos, mas os custos são absorvidos pela Administração Central da UFSM.

Contudo, para que se possa calcular o custo e gasto-aluno real, é necessário que se faça uma avaliação mais minuciosa e criteriosa, levando-se em conta todas as variáveis à disposição, separando os custos diretos e indiretos com ensino, pesquisa e extensão, administração, recursos humanos, inativos, pensionistas e sentenças judiciais, receitas próprias e de fontes externas, relativos ao Colégio Politécnico.

No que se refere à apropriação da despesa pelo departamento central do Colégio Politécnico, sugere-se que seja feita uma vinculação com o setor e/ou equipamento e curso ao qual está destinada, considerando-se que estes são usados por mais de um setor de ensino. Assim facilitará uma possível verificação diretamente pela administração central do colégio, com relação aos gastos e custos por setores/alunos, contribuindo, dessa forma, para a tomada de decisões no sentido de potencializar a racionalização dos recursos destinados aos mesmos.



## REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, S.L. et al. **Planejamento estratégico local**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2009 (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

AMARAL, N. C. **Custo do aluno das IFES**. Ensino Superior: Síntese das Informações. Panorama Setorial. 2000. São Paulo-SP. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/nelsoncardosoamaral.doc>>. Acesso em: 07 ago. 2011.

BALEEIRO, A. **Uma introdução à ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 30 nov. 2010.

BRASIL. **Lei Complementar n.101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei\\_comp\\_101\\_00.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2010.

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso em: 30 nov. 2010.

BRASIL. **Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 30 nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas públicas**: manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2006. 231 p. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gfm/manuais/Manual\\_Receitas3.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gfm/manuais/Manual_Receitas3.pdf)> Acesso em: 02 jun. 2011.

BRESSAN, F. O método do estudo de caso. In: **Administração On Line**, FECAP, 2000, São Paulo. v.1, n.1 (jan./fev./mar. 2000). Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/art11/flavio.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2010.

COSTA, V. L. C. **Considerações sobre estudos de gasto-aluno e de custo-aluno**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Custo%20e%20gasto%20aluno-1.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

DUARTE, A.; LINS, L. Para tempo integral, faltam 300 mil professores. **Jornal da Ciência**. Sociedade Brasileira do Progresso para a Ciências - SBPC. 2011. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=75774>. Acesso em: 10 fev. 2012.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2007.

NOGUEIRA, R. W. L. Tributo, gasto público e desigualdade social. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 235, 28 fev. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/4903/gasto-publico-e-desigualdade-social>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2000. <http://www.mec.gov.br/>

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, no biênio 2009/2010.

SIE/UFMS - Sistema de Informações para o Ensino. Universidade Federal de Santa Maria, 2009, 2010.

SILVA, V. F. Tributos e gastos públicos. **Infoescola**, São Paulo, 19 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/tributos-e-gastos-publicos>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública** – um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Relatório de Gestão 2010 da UFSM – Atividades de Pesquisa e Extensão** – p.10. Santa Maria, 2010 Disponível em: <[http://sucuri.cpd.ufsm.br/\\_docs/TCU\\_2010.pdf](http://sucuri.cpd.ufsm.br/_docs/TCU_2010.pdf)>, Acesso em: 22 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2008 - 2012 do Colégio Politécnico da UFSM**. Santa Maria 2011. Disponível em:  
<[http://www.politecnico.ufsm.br/cursos/tecnicos/files/politecnico/normativas/PDI\\_2011.pdf](http://www.politecnico.ufsm.br/cursos/tecnicos/files/politecnico/normativas/PDI_2011.pdf)> Acesso em: 15 jul. 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015**, p. 37, Disponível em:  
<[http://w3.ufsm.br/proplan/index.php?option=com\\_content&view=article&id=123&Itemid=274](http://w3.ufsm.br/proplan/index.php?option=com_content&view=article&id=123&Itemid=274)>, Acesso em: 15 set. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Colégio Politécnico da UFSM. Projeto Pedagógico 2011. Disponível em:  
[http://www.politecnico.ufsm.br/cursos/tecnicos/files/politecnico/2011/projeto\\_pedagogico\\_2011.pdf](http://www.politecnico.ufsm.br/cursos/tecnicos/files/politecnico/2011/projeto_pedagogico_2011.pdf). Acesso em: 20 fev. 2012.